

Expresso

DIRETOR FRANCISCO PIRES SALGADO - SEDE: RUA DOGUE DE PALMEIRA, 21-1 - 21 - TELEFONES 5248-61/3 - 5146 - LISBOA

24 horas

Palma Carlos regressa de Bruxelas

ESTRELA de Bruxelas chegou ontem ao Rio de Janeiro, depois de uma estada de 10 dias em Portugal. A atriz portuguesa, que se encontra em Portugal em missão de trabalho, regressa ao Brasil com uma agenda bastante cheia. Ela vai participar de uma série de apresentações teatrais em várias cidades do Brasil, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba. Ela também vai participar de uma série de apresentações de dança em várias cidades do Brasil.

Uma das apresentações que terá um alto nível de qualidade artística, será a apresentação de "O Rei Lear", de Shakespeare, que será apresentada em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba. Ela também vai participar de uma série de apresentações de dança em várias cidades do Brasil.

Obrigatória a quotização sindical

CONTRATANTES de que são obrigados a pagar uma taxa para obter o direito de contratação de trabalhadores sindicalizados, segundo o artigo 1.º da Lei nº 5.597, de 1973, não podem alegar desconhecimento da existência da obrigação de pagar a taxa.

Escritores soviéticos no Grémio Literário

GRUPO de artistas e escritores portugueses de destaque foram os convidados para o Grémio Literário do Estado de São Paulo, que se realizou em São Paulo, em 1974. Os convidados foram os escritores soviéticos, que se encontram em Portugal em missão de trabalho.

Negociações com o MPLA e a FNLA

NEGOCIAÇÕES com o MPLA e a FNLA, em curso em Luanda, Angola, desde o início de 1974, estão a avançar lentamente. Segundo fontes diplomáticas, as negociações estão a decorrer em condições favoráveis, embora ainda haja muitas questões em aberto.

Suspenso 4 noticiários da Rádio Renascença

QUATRO noticiários da Rádio Renascença foram suspensos por não cumprirem com as obrigações legais. Segundo fontes diplomáticas, as suspensões foram aplicadas devido a violações das regras de transmissão de rádio.

Militares colaboram na luta contra a cólera

MILITARES colaboram na luta contra a cólera, uma doença infecciosa que se espalhou rapidamente em várias regiões do Brasil. Segundo fontes diplomáticas, as forças armadas estão a trabalhar em conjunto com as autoridades locais para controlar a propagação da doença.

Alvaro Cuschí em Lisboa: "Se saíssemos da coligação a situação deteriorar-se-ia"

ALVARO CUSHÍ, líder da oposição em Portugal, afirmou em Lisboa que a saída da coligação de governação poderia levar a uma deterioração da situação política e económica do país.



Foto: A. Costa

Matérias delicadas dificultam decisões do Conselho de Ministros

POUCO TRANQUILIZADO, em 2 de Junho, o Conselho de Ministros reuniu-se para discutir as matérias delicadas que dificultam as decisões. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás. O encontro foi marcado por discussões acaloradas sobre a situação política e económica do país.

Delgado, Dias Coelho e Ribeiro dos Santos — prioridade no dossier IDE

DELGADO, DIAS COELHO e RIBEIRO DOS SANTOS são os nomes que têm maior prioridade no dossier IDE. Segundo fontes diplomáticas, o Conselho de Ministros está a discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo.

Ultima-se o projecto de estatuto da RTP (encara-se a sua fusão com a EN)

ULTIMA-SE o projecto de estatuto da RTP (encara-se a sua fusão com a EN). Segundo fontes diplomáticas, o Conselho de Ministros está a discutir a possibilidade de fundir a RTP com a EN, o que poderia levar a uma reorganização da estrutura de comunicação social do país.

Segundo fontes diplomáticas, o Conselho de Ministros está a discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.

Segundo fontes diplomáticas, o Conselho de Ministros está a discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.

Segundo fontes diplomáticas, o Conselho de Ministros está a discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.

Segundo fontes diplomáticas, o Conselho de Ministros está a discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.

Em matéria de saúde, o Conselho de Ministros reuniu-se para discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.

Em matéria de saúde, o Conselho de Ministros reuniu-se para discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.

Em matéria de saúde, o Conselho de Ministros reuniu-se para discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.

Em matéria de saúde, o Conselho de Ministros reuniu-se para discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.

Em matéria de saúde, o Conselho de Ministros reuniu-se para discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.

Em matéria de saúde, o Conselho de Ministros reuniu-se para discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.

Em matéria de saúde, o Conselho de Ministros reuniu-se para discutir a possibilidade de nomear estes três indivíduos para cargos importantes no governo. O Conselho reuniu-se no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, sob a presidência de Américo Tomás.



Industrial passa ao ataque

INDUSTRIAL passa ao ataque, segundo fontes diplomáticas. O setor industrial está a pressionar o governo para a implementação de medidas que favoreçam a produção e o emprego.

Actividade política dos partidos

ACTIVIDADE política dos partidos, segundo fontes diplomáticas. Os partidos políticos estão a preparar-se para as eleições, e há uma grande expectativa em relação ao resultado das eleições.

Ataça o NATO

ATAÇA o NATO, segundo fontes diplomáticas. O país está a criticar a presença da OTAN na Europa, alegando que isso é uma violação da soberania nacional.

Ataça o Tratado de Amsterdã

ATAÇA o Tratado de Amsterdã, segundo fontes diplomáticas. O país está a criticar o tratado, alegando que ele é prejudicial aos interesses nacionais.

Ataça o Tratado de Roma

ATAÇA o Tratado de Roma, segundo fontes diplomáticas. O país está a criticar o tratado, alegando que ele é prejudicial aos interesses nacionais.

Ataça o Tratado de Paris

ATAÇA o Tratado de Paris, segundo fontes diplomáticas. O país está a criticar o tratado, alegando que ele é prejudicial aos interesses nacionais.

Ataça o Tratado de Paris, segundo fontes diplomáticas. O país está a criticar o tratado, alegando que ele é prejudicial aos interesses nacionais.

Ataça o Tratado de Paris, segundo fontes diplomáticas. O país está a criticar o tratado, alegando que ele é prejudicial aos interesses nacionais.



Memomatic Omega. O tempo de pulso que o dia e o ano, de hora em hora, tem um algarismo, de hora em hora, de hora em hora, de hora em hora.

Memomatic Omega. O tempo de pulso que o dia e o ano, de hora em hora, tem um algarismo, de hora em hora, de hora em hora, de hora em hora.

24 horas em noite

Palma Carlos regressa de Bruxelas

VINDO de Bruxelas, chegou ontem ao fim da tarde, ao Aeroporto da Portela, o primeiro ministro Prof. Adelino da Palma Carlos, que foi um dos dezasseis chefes de Estado presentes na reunião da N.A.T.O. efectuada na capital belga.

As perguntas dos jornalistas, o primeiro ministro português acentuou a diferença de ambiente que encontrou relativamente a viagens anteriores afirmando-se satisfeito com o acolhimento recebido. Referindo-se à N.A.T.O., Palma Carlos disse que a Aliança se cumpriu agora um papel de compreensão e estreitamento de relações entre os povos. Nesse aspecto, notou, Portugal já tinha dado uma grande contribuição, estabelecendo relações diplomáticas com os países de Leste.

Quanto às conversações que teve com alguns chefes de Estado estrangeiros, entre eles Nixon, Wilson e Chirac, o primeiro ministro referiu que em todos eles tinha encontrado uma vontade de ajudar Portugal no momento que actualmente atravessa. Frisou, entretanto, que é particularmente insuficiente a informação do que se passa no nosso país, lá fora e que, portanto, houve uma necessidade da parte da delegação portuguesa de explicar melhor os últimos acontecimentos. Em especial, referiu-se aos contactos tidos com o presidente da CEE, Xavier Orlon, afirmando que em breve a Comunidade Europeia passaria a olhar Portugal com outros olhos.

Obrigatória a quotização sindical

CONTRARIAMENTE ao que foi afirmado por alguns jornais, estão em vigor todos os despachos de quotização obrigatória actualmente existentes de acordo com um decreto-lei aprovado em conselho de ministros. A decisão deve-se, como consta do preâmbulo, à «necessidade de assegurar por agora e pelo menos até à vigência da nova lei das associações sindicais, condições materiais de prosseguimento da acção sindical».

Escritores soviéticos no Grémio Literário

DEPOIS de amanhã, a Sociedade Portuguesa de Escritores oferece um jantar no Grémio Literário, à delegação da Sociedade de Autores Russos que vem a Portugal, para entrar em contacto directo com a realidade política portuguesa. Espera-se que estejam presentes os quatro membros do Governo Português ligados à problemática cultural.

Negociações com o MPLA e a FNLA

SEGUNDO o ministro Almeida Santos em entrevista concedida ao jornal argelino de língua árabe «Al Chaab», o Governo Português negociará com os movimentos de libertação que actualmente se opõem à tropa portuguesa em Angola. Disse com efeito o ministro: «Quanto a Angola, far-se-ão negociações com aqueles que nos combatem: se são dois movimentos que nos fazem guerra... esse motivo para não negociarmos com os outros».

Julgamos saber que as negociações com a Frente serão reabertas no mês que se aproxima. Por outro lado não é de excluir contactos a nível mais ou menos secreto entre individualidades com mandato do Governo português e dos movimentos de libertação.

Suspensos 4 noticiaristas da Rádio Renascença

O CONSELHO de Gestão dos trabalhadores da Rádio Renascença volta a suspender quatro elementos da Redacção do seu serviço de Noticiários por estes se terem recusado a aceitar uma ordem que consideraram atentatória da liberdade profissional e ilegítima num regime de autonomia conquistado a partir de luta iniciada precocemente e a censura interna no interior da estação, em 30 de último.

Os suspensos agora são Rui Paulo da Silva, Rui Pedro Fernandes e Luís Filipe Martins — os três primeiros noticiários tinham sido suspensos pela mesma razão em 28 de Maio devido aos acontecimentos da Luz e os 30 minutos de serviço que recusaram-se a aceitar a referência ordem de serviço que determina expressamente que todas as notícias só serão transmitidas após a responsabilização unânime de todos os trabalhadores da RR presentes nos estúdios quinze minutos antes da emissão das mesmas.

A medida ditada pelo Conselho de Gestão sucede à iniciativa tomada por todos os noticiaristas de exigirem a imediata suspensão da referida ordem de serviço e terem proposto também a imediata discussão colectiva das medidas a tomar pelos trabalhadores da RR face à nova lei de Imprensa.

Militares colaboram na luta contra a cólera

Enquanto os focos de cólera parecem não ter diminuído nos tanques da Base Aérea de S. Jacinto do Regimento de Infantaria 15, de Aveiro, colaboram no saneamento efectuado pelas autoridades respectivas do concelho da Murtoza, depois de ter sido ali detectado um surto de cólera que provocou a morte de uma criança de dois anos e obrigou ao internamento dos seus três irmãos. No concelho da Murtoza não existe rede de distribuição de águas. A família atingida absteve-se num furo herético com 8 metros de profundidade.

CUNHAL, Alvaro

Alvaro Cunhal em Lisboa:

“Se saíssemos da coligação a situação deteriorar-se-ia”

NO COMICIO do PCP realizado, ontem à noite, no Campo Pequeno, Alvaro Cunhal referiu-se, a começar, às “liberdades democráticas essenciais” de que o povo português goza actualmente: “Editam-se os jornais sem qualquer censura prévia. Reunões e manifestações têm lugar livremente. Desenvolvem a sua actividade os partidos políticos.”

Chamou, depois a atenção para o perigo da institucionalização e regulamentação das liberdades “se voltarem contra as próprias liberdades”.

“Entretanto, camaradas, devemos ser claros. Se não existe na actual situação política, um perigo de repressão da liberdades, existem tendências no sentido de transformar a institucionalização de liberdades e direitos num colete de forças para o seu exercício.”

O secretário-geral do PCP falou a seguir da legitimidade das reivindicações dos trabalhadores, salientando que “em dois meses do regime democrático proviário em que vivemos os trabalhadores conseguiram, na sua luta reivindicativa, mais feitos do que teriam conseguido em 10 ou mesmo 20 anos do antigo regime”, e abordou “três problemas ligados à luta reivindicativa”:

“O primeiro é o nível das reivindicações. É imprescindível medir as reivindicações, tendo em conta que estamos numa sociedade capitalista (...).”

O segundo problema ligado à luta reivindicativa é o da situação económica do país. De momento, gostaria apenas de sublinhar que

uma situação económica grave não só atingiria as condições de vida dos trabalhadores, como cria um terreno favorável às conspirações contra-revolucionárias (...).

O terceiro problema relacionado com a luta reivindicativa respeita às formas de luta.

Os trabalhadores não renunciam nem renunciarão a armas de luta provadas pela experiência e, entre elas, a greve, que constitui um direito inalienável dos trabalhadores (...).

Ao mesmo tempo que defendemos o real direito à greve temos chamado e continuamos chamando a atenção dos trabalhadores para as incidências económicas, sociais e políticas das greves, na complexa situação política existente, sobretudo quando afectam sectores vitais para a economia nacional e para a vida das populações (...).

Alvaro Cunhal abordou seguidamente o problema de África, declarando que “a questão colonial tornou-se mais complexa, na medida em que não se pôs ainda fim à guerra e não existe uma clara perspectiva da solução do problema”, mas acrescentando que, “se compararmos a situação com a existente ainda há pouco mais de dois meses no tempo da ditadura

fascista, vemos naturalmente uma diferença notável.”

E salientou: “Hoje todas as forças e sectores que participam no processo de democratização estão de acordo em três ideias fundamentais: que o problema só pode ter, não uma solução militar, mas uma solução política, que é

necessário pôr fim à guerra e que é necessário realizar negociações com os movimentos de libertação nacionalistas da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.”

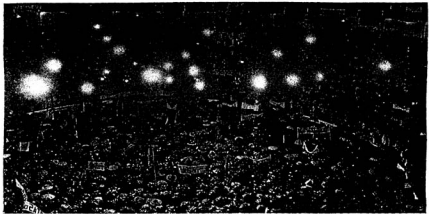
“Depois de lembrar que “pouco afirmarem não poder haver uma vitória militar e defenderem a necessidade duma solução política, foram demitidos os generais Spínola e Costa Gomes”, Cunhal afirmou que “é sabido que, na larga coligação de forças que governa o país, há ideias diferentes acerca da solução do problema e das formas e métodos na acção política imediata.”

E procurou esclarecer a posição do seu partido:

“No entender do Partido Comunista, as dificuldades podem ser vencidas, pode pôr-se fim à guerra e é viável uma solução, desde que, na política que se segue, nas respostas dadas aos problemas diários, nas soluções de ordem política em problemas parcelares, nas perspectivas apresentadas, apareça claramente o reconhecimento do direito dos povos à independência. A partir daí as negociações podem continuar a progredir com interesse de todos. Em África a situação degrada-se rapidamente, com possíveis reflexos na situação em Portugal.”

Alvaro Cunhal congratulou-se com o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a União Soviética, “motivo de imensa alegria para os trabalhadores e para todos os democratas portugueses”, tecendo

Continua pág. 16



Apesar da chuva que prejudicou o comício do Partido Comunista, muitos milhares de pessoas estiveram ontem à noite na praça de tolros do Campo Pequeno e alguns milhares de simpatizantes ficaram ainda às portas, por impossibilidade de encontrarem lugar.

Além dos membros do comité central do PC, usaram da palavra elementos de vários agrupamentos políticos convidados, Zita Seabra da UEC, Avelino Martins do MJT, Armando Morais da DORL, para fazerem apelos à unidade e à comunhão de ideais e para manifestarem a sua solidariedade ao Partido Comunista. Anunciada também a intervenção do secretário-geral do PC, Alvaro Cunhal e a realização de variedades por artistas ligados ao PCP.

Alvaro Cunhal em Lisboa

Continuação pág. 1

a esse propósito largas considerações.

O ministro sem pasta falou seguidamente do problema da unidade:

"Os dois aspectos capitais são, por um lado, a união das forças democráticas e do movimento popular de massas e, por outro lado, a aliança do movimento popular com as Forças Armadas.

A realização desta unidade e desta aliança não se podem limitar a declarações de ordem geral. A sua concretização na acção prática é essencial e decisiva (...)

Defendemos a mais ampla união de todas as forças sociais e políticas de todos os portugueses e portuguesas — sem excepção, — que estejam sinceramente interessados em participar na realização destes objectivos."

O discurso terminou com uma profusão de fé no PCP, durante a qual houve uma explanação sobre a sua presença no Governo Provisório: "O Partido que tem consciência da sua responsabilidade aceita participar num governo numa vasta coligação, que realiza uma política com a qual, em numerosos aspectos, o Partido não está de acordo, mas aceita participar porque há objectivos comuns essenciais, porque assim pode influir mais favoravelmente nos acontecimentos e porque, se salte da coligação, a situação rapidamente se deterioraria abrindo caminho fácil à reacção e ao fascismo. Estamos certos de que, o povo português considera a participação dos comunistas no governo como um motivo da sua justa esperança na vitória final definitiva da democracia."

Resposta ao dr. Raúl Rego

PERANTE fórmulas de significado impreciso pronunciadas pelo dr. Raúl Rego, como ministro da Comunicação Social, escrevemos um editorial no dia 8 do corrente em que lançámos o alarme contra aquilo que então descrevemos como nuvens que se acastelam nos horizontes a ameaçar a liberdade de imprensa.

O dr. Raúl Rego, até ainda há bem pouco tempo nosso colega nas lides do jornalismo por cuja liberdade sempre se bateu, não gostou e escreveu-nos uma carta amável contrariando o que afirmámos, declarando-se defensor da liberdade de pensamento indo, porém, ao ponto de isolar determinadas expressões do contexto, obrigando-as a dizer, assim à solta, o que na realidade não significavam no seu conjunto. Qualquer pessoa o pode constatar, comparando o editorial com a carta do ministro da Comunicação Social, publicada na página três do último número do EXPRESSO. Mas não vale a pena insistir neste ponto.

O artigo que escrevemos foi para prevenir (mas vale prevenir que remediar) ou para fugir ao hábito muito lusitano condensado no aforismo de sabor popular, «depois de casa roubada trancas a porta». E porque não diz-lo com franqueza? Escrevemos o artigo também sob a pressão de um telefonema em que pessoa com grandes responsabilidades políticas no sector, nos convidou a revelar uma fonte de informação e nos ameaçou com o «sofregão as consequências», depois de havermos respondido que nem em tribunal o faríamos. Porque nunca revelaríamos uma nossa fonte de informação, mesmo ainda que tal nos levasse ao calaçoio.

Mal sabemos nós, porém, que dias após, elaborado no Ministério da Comunicação Social, seria aprovado em Conselho de Ministros um decreto-lei que, se não restaura a censura previa em termos de criar uma comissão para leitura dos originais antes de serem publicados, impõe normas rigorosas que subtem fortemente os jornalistas e as empresas proprietárias dos periódicos de notícias em determinadas situações ou factos de inequívoco interesse público. Já esta semana o sentimos na carne, porque já esta semana tivemos de calar.

O decreto-lei foi feito, estamos em crê-lo, sob pressão emocional desencadeada por circunstâncias adversas sobre pessoas que durante cerca de cinquenta anos foram habitadas ao monocolitismo imposto a partir de cima. Um regime derruba-se em meia hora, mas quando esse regime durou anos deixou sequelas e cicatrizes que levam tempo a desaparecer. Anos se não gerações. Apraz-nos a propósito recordar aqui as palavras do prof. Marcello Caetano quando dizia que o povo não estava preparado para a liberdade de imprensa. O povo, porém, revelou-se possuidor de extraordinária consciência cívica, sabendo distinguir o trigo do joio e dando mostras de apurado sentido crítico. Temos, no entanto, que dizer, com todo o respeito que nos merecem as autoridades, que estas é que parecem não estar preparadas para a liberdade de imprensa. Estavam sim para a sua liberdade de imprensa que é uma coisa totalmente diversa.

Expressões elásticas

A publicação do decreto-lei e respectivo regulamento é resposta certa a carta que nos enviou o dr. Raul Rego e mostra bem como as nuvens cinzentas que então se acastriavam nos horizontes se abriram em chuva copiosa. E molham mesmo.

Vejamos, por exemplo, o artigo 1.º: «a infracção ao Programa do Movimento das Forças Armadas e da lei 3/74, de 14 de Maio, sujeitará as empresas que explorem meios de comunicação social, por decisão da Comissão ad Hoc, a aplicação da multa até 500 contos e à pena de suspensão até ao limite de 60 dias do órgão através do qual se processou a infracção sem prejuízo da responsabilidade criminal prevista nas leis vigentes que possa ser exigida às pessoas singulares, as quais ficam sujeitas ao foro militar».

Acontece, porém, que o Programa das Forças Armadas contém expressões demasiado elásticas, como sejam por exemplo estas: **perturbações na opinião pública causadas por agredões ideológicas, dos meios mais reaccionários.**

Gostáramos de perguntar a meia dúzia de pessoas quando é que há perturbações na opinião pública, o que implica primeiro que tudo uma noção suficientemente objectiva do que seja opinião pública e de quando ela está perturbada.

Para depois passarmos ao reaccionarismo. O que é?

Na realidade, o conteúdo de tais conceitos é demasiado fluido e de um relativismo evidente. A sua definição ou delimitação existe no âmago do foro íntimo ou no concertamento caso a caso que tal cai sob a alçada da lei. Isto só depois do facto consumado. E lá se vê um jornal com uma multa até quinhentos contos às costas e/ou uma suspensão até sessenta dias. Depois que recorra. A sanção é que permanece. Mas há mais grave. O princípio universalmente admitido em direito penal de *nulla poena sine lege* é aqui arranhado na medida em que é muitas vezes impossível saber ao candidato a transgressor se determinada situação cai ou não sob a alçada da lei. A Comissão é que verá. E a franja de arbitrariedade pode ser muito grande.

Incitamento indirecto

Há mais infelizmente: «incitamento ou provocação, ainda que indirectos, à desobediência militar, incluindo nesta o desrespeito pelas leis e regulamentos militares».

Que se entende pela expressão «indirectos»?

A narrativa da acção de dois oficiais milicianos que foram presos por se recusarem a comandar uma força que deveria desmobilizar uma greve, juntamente com o anúncio de um comício de apoio a tal gesto para ao mesmo tempo pedir a sua libertação, cai sob a alçada da lei? Há incitamento indirecto à quebra da disciplina militar? Relatar o descontentamento de classes militares pelo baixo salário que auferem será mudar o moral das Forças Armadas? Até onde vai a expressão indirectos?

Notícias falsas

O decreto-lei refere-se também, cominando-as com graves penalidades, às notícias falsas. Mas o que são notícias falsas? Evidentemente que são aquelas que não são verdadeiras. A verdade, porém, resulta de um contexto e descreve-se, na impossibilidade de uma definição, em função desse mesmo contexto. Mas, se a comissão ad Hoc julgar imediatamente, sem ouvir o presumível transgressor, as suas razões, as suas explicações, os motivos que o levaram a formular tal juízo e transmiti-lo ao público, não se atenderá à certeza moral do jornalista formada através de meios válidos. Atender-se-á a uma verdade, cujo critério será mais uma vez a Comissão ad Hoc. E caírem no dogmatismo autoritário em que o critério da verdade passa a ser, em última análise, pelo menos ao nível do imediato, uma autoridade. A acotar semelhante maneira de proceder nenhum juiz poderia pronunciar uma sentença precisamente porque seria de levar as suas razões até à evidência, impossível de atingir na maioria dos casos. Mas o decreto-lei exige que o jornalista chegue à evidência. Se não quiser correr o risco de vir a ser castigado. E o jornalista para o prevenir terá de escrever muitas vezes sobre flores, mas daquelas que não murcham, para evitar segundos sentidos.

Isa quem diga que devemos confiar nas Forças Armadas que fizeram o golpe de Estado para conceder a liberdade e não para a suprimir. De acordo. Também nós estamos convencidos de que foi esse o espírito original da revolução. Mas também estamos convencidos de que tal espírito corre o risco de se alterar com o andar dos tempos e o choque de mentalidades quando confrontadas no campo das realidades concretas.

Confiamos nas Forças Armadas e apelamos para a sua clareza que as levou a derrubar o regime que parecia de pedra e cal. Mas gostaríamos de chamar a atenção das Forças Armadas para que meditem bem que é muito pior para o país pecar por ligeiros excessos no sector da informação pública que pecar por defeito, ocultando situações e realidades que, no fundo, podem muito bem servir interesses que mais tarde se podem transformar em inconfessáveis, gerando leis protectoras de classes dominantes.

Por tudo isto e por muito mais que ficou por dizer nesta curta resposta ao ministro da Comunicação Social, por quem aliás temos, nesta casa, respeito e consideração, e que somos contra o decreto-lei inibitório da liberdade de expressão e entendemos que ele deve ser revisto o mais depressa possível, não só quanto à forma como sobretudo quanto ao conteúdo. É que tínhamos razão quando escrevemos: *Que lei de imprensa?*

Serafim, Joaquim Laginha

A sociedade que poderemos construir

Joaquim Laginha Serafim

A "REVOLUÇÃO da Esperança" iniciada, galhardamente, em 25 de Abril a libertação do povo português do fascismo abjecto que o acorrentou, amonido e atirado, durante mais de meio século. Os factos do último mês permitem continuar a afirmar que esse belo povo prossegue rapidamente a sua marcha para a implantação na sua Pátria (e daqui às novas Pátrias Africanas de fala portuguesa) de uma Democracia Progressista. Esta já se esboça como um novo conceito nas instituições políticas tradicionais que a Humanidade, na sua marcha ascensional, tem gerado e conhecido. Aos observadores políticos do Mundo inteiro, tal como aos homens mais informados e mais perspicazes, esse conceito não está passando despercebido: Um Exército destruiu instituições conservadoras da extrema direita e, ao poder, instalou-se um Governo de coligação que inclui, entre muitos, os da extrema esquerda. — Isto é novo! Também, na linha desse mesmo espírito europeu, que norteia o Movimento das Forças Armadas, há indícios que a independência das colónias portuguesas, que a grande maioria deseja para prazo breve, se pode vir a fazer de uma justa e humana para todos — sem mortes, sem violências, nem ódios, nem racismos. O nosso trabalho honesto e as nossas atitudes esclarecidas poderão contribuir para este outro imperioso objectivo.

Se o nosso país merece hoje a atenção de todos os outros (em especial dos mais importantes) é porque algo de novo aqui se passa. Os elogios de uns e os comentários negativistas de outros mostram como a rápida evolução da vida portuguesa interessa ao mundo. Com o povo vigilante, com os partidos políticos activos, actuando e colaborando entre si; tendo presente ainda que os problemas políticos sociais e económicos que até agora apareceram não são graves e que a paz em África tem de surgir, dum ou de outro fôrmo; a revolução iniciada em 25 de Abril só pode continuar com um trunfo da Revolução da Esperança.

Em anterior artigo (11. V) vimos como as liberdades e os direitos essenciais do indivíduo resultam das necessidades da sua natureza biológica e psíquica, dos seus anseios e ideais. O homem-indivíduo deve ser livre e tem alienável direito de ser feliz. Vimos também como a sua convicção do interesse de subordinar os seus instintos de exercer sobre si auto-domínio para se socializar conduzem a uma tal consciência dos seus múltiplos direitos. Vimos mais, que cada um terá de garantir aos outros o exercício das suas liberdades e direitos: E o seu maior dever.

Felicidade e progresso

A busca da felicidade individual e colectiva é o maior nobre dos propósitos dos governos e das sociedades. Alguns possuem tal propósito ou estão próximos de o enunciar, outros erram no caminho ou dele são desviados. Foi isto que, por largos anos, aconteceu aos portugueses. Eles foram forçados a acunar, pela violência, as arbitrariedades políticas e económicas de uma egoísta e pobre agremiação de capitalistas interesseiros protegidos pela força bruta. Mas o povo português tem aprendido depressa as lições da Política. Agora está no bom caminho para evitar que esta mesma ou outra agremiação semelhante o conduza a uma Sociedade de "consumo inútil e desenfreado" que tenha atrás de si, como instrumento, trabalho alienado (última forma de escravatura) que ovide a felicidade humana. É preciso que se diga bem claramente que não há o perigo de que o homem fique inativo se se liberar total liberdade. O homem normal é, por natureza, trabalhador, diligente e entregado. Uma das fontes de felicidade está na consciência da utilidade social do seu trabalho, que, então, em geral, resulta alegre.

É indispensável que todos tenham consciência que o conhecimento científico e tecnológico de hoje, que as formas inteligentes de organização das Sociedades e de planeamento

racional de actividades, que a civilização e a acaultra contemporânea, hoje à disposição dos povos de todos os países, permitem que todos possam disfrutar de uma enorme riqueza social, já não é mais passadouro. O mesmo irracional, sobrecarregar o indivíduo com trabalho que lhe não interessa, fazer-lo passar fome e privações ou obrigá-lo a renuncias e a sofrimentos. É questão (no conceito de Marcuse) de conseguir uma sociedade organizada em que cada um realize o trabalho socialmente necessário e de que mais goste. Mas para isso é indispensável evitar e abjurar, antes de mais nada da embriaguez e do egoísmo a que têm conduzido as "sociedades de consumo". É indispensável evitar tecnologias, esforços científicos, instituições super-organizadas, propagandas aliciantes que conduzam aos prazeres fúteis, ao individualismo e ao afastamento do ser humano dos outros seres humanos. O convívio social, o apreço pela natureza, a fruição do saber culto, a liberdade individual, o governo cuidado e exercido por todos, os prazeres sadios e muitas outras fontes da verdadeira felicidade têm sido desperzadas em muitas das sociedades ocidentais.

Ora o facto é que, mesmo do ilustre progresso de algumas dessas sociedades, foram os portugueses afastados. A exploração do homem que consentiram, a falta de visão e idealismo e a mediocridade política dos partidos governantes, obrigaram os portugueses ou a emigrar "aos milhares" para ir realizar no estrangeiro trabalho alienado em sociedades de consumo, de que nem sequer disfrutaram, ou a ir às "centenas de milhares" combater em África uma guerra colonialista ignóbil tendo como resultados genocídio, escravização e destruição de culturas tão respeitáveis como a sua. Cão restava-lhes servir de crados de um turismo prostituído ou cuidar da terra como medievais servos do gado. Da educação, da cultura, do progresso, da paz e dos legítimos prazeres só disfrutava, e ainda disfruta, apenas uma pequena

parcela da população. E essa pequena parcela só as aquelas instituições superorganizadas que pensam, preparam e fazem contrarrevoluções. Agora já ninguém com bom senso pode acenar que Portugal continue ligado o seu destino à oligarquia e aos poderes tão absolutos que até enram homens que se julgam senhores de Deus...

Por tudo isto a nova sociedade portuguesa que já está a emergir do 25 de Abril e do 1.º de Maio pode, com facilidade, vir a ser uma sociedade progressiva de facto, informada por novos e mais sólidos conceitos. Já não cabe na nova sociedade portuguesa a violência, o medo, a arbitrariedade, a pérfida política, o crime, a deportação. Como não cabe a ignorância e a subserviência.

A utopia

Longos anos de sofrimento, vasta despenhida pelo mundo e a forçada imposição de iniquidades (que não só deste século mas século XVIII), deixam ao povo português características e qualidades talvez únicas. A fragilidade, a sobriedade e parcimónia com que é capaz de derivar alegria e, ao mesmo tempo, a sua "Universalidade". Sentido ecuménico e mesmo tempo, a sua "Universalidade", sentido ecuménico e "Multirracialidade" são indiscutíveis características do português. E quem não acredite nas boas características e nas qualidades deste povo tem muitos sítios do mundo onde os pode verificar, tanto nos resultados de agora como nos do passado. Estão presentes, por exemplo, em qualquer bairro de Lisboa ou vila da província, em 53 da Bandeira, nos aglomerados dos trabalhadores emigrantes de Paris, em Macau, na ilha de Moçambique ou nos meios de pescadores dos E. U. A. etc. Por tudo isto, quicé se possa dizer que "nem sequer somos um povo" mas antes povos que, entre outros...

...convivem democraticamente. Essa é uma ideia que se aceita ao comparar aquela ilha com a de Delos (na pé da de Mikónos dos híplicas) onde nasceu e se formou a Confederação Ateniense — a mãe da Democracia, como organização política. E no Brasil, para onde mandamos tantos condenados, "fazer filhos", e para onde levamos tantos escravos, também se percebe, claramente, que o povo brasileiro tem um sentido cosmopolita, específico e apaixonado. Tudo esse conjunto de atributos faz, dos empenhados portugueses de hoje, um povo capaz de criar uma nova sociedade que se aproxima da UTOPIA — que outros países mais adiantados já poderiam ter atingido mas ainda o não conseguiram. Esse conceito histórico do político de uma sósbita para a sociedade livre, em que o homem tenha tempo para viver e até hoje considerada impossível, já não vem os filósofos como Russek, Fromm, ou Marcuse porque o se já Aliás, numa perspectiva histórica, certas conquistas eram Utopia, hoje a Utopia pode ter o seu fim porque se atingiu:

E quando falamos do nosso povo, vamos até ao passo de afirmar que, se os emigrantes portugueses tocessem direito a voto e à diluição das suas opiniões, os caminhos políticos da Europa já teriam sido alterados! Pelo menos em 1974! Agora o mundo tem os olhos postos nos portugueses, em Portugal e em África. A responsabilidade é grande, as perspectivas são as mais positivas de criar uma sociedade nova, estética, livre, justa e unitária, nos seus propósitos democráticos e socialistas, não muito grandes. Nos poderemos e devemos até ser orgulhosos de nos considerar os líderes da Europa Ocidental no caminho para a paz, para o socialismo, pois que nesta primeira fase da nossa "primavera" o poder político já está desligado do poder económico. E não pode nem deve tomar outro caminho.

Por outro lado, as circunstâncias e a dolorosa História dos últimos anos levaram vários partidos políticos burgueses orientados por homens de grande coragem e indiscutíveis capacidades de sofrimento e de inteligência a conceber e a realizar frentes unitárias de combate ao fascismo e, agora, de governação, dentro de um generalizado conceito socialista que o fomento não seja só português. A unanimidade na acção e a generosidade de propósitos que se estão notando nos vários grupos e indivíduos, participantes no Governo e no movimento das Forças Armadas também dão motivo para fazer uma previsão otimista do futuro. Por outro lado, há que considerar ainda que um século de enorme progresso, nas artes, nas humanidades, nas letras, nas técnicas, nas ciências, há-de necessariamente significar uma mudança no pensamento filosófico e político do passado para o do época que vivemos. Esse pensamento é evidentemente socialista, já que, hoje, a necessidade de portanto a vontade) de se implantar o socialismo por toda a parte só uma minoria de plutocratas interessados o poderá negar. O socialismo é, desde o princípio do Século, uma conquista histórica da humanidade. Mas é mais, esse pensamento e ideal.

A alternativa à sociedade de consumo

As sociedades de consumo estão em crise, e até por isso, se vê afirmar, cada vez com mais frequência, que é necessário que nasçam sociedades "diferentes". Não aquelas que podem resultar só de progresso tecnológico mas antes as que forem informadas pelo "Humanismo Científico Renascentista e cristão por um "progresso revolucionário" acompanhado dum "mutação social". E esta mutação para a sociedade planeada livre, tornou-se possível já que os recursos e forças intelectuais, científicas e materiais que podem ser postas ao serviço dum tal "socialismo livre" levitadamente sem classes nem pri-

vilégios estão à nossa disposição, tanto em Portugal como, principalmente, no estrangeiro. As necessidades já não condicionam as liberdades. Há, de facto, muitos recursos hoje. Sem restrições aproveitamos a todos! É fundamental que todos se dirijam contra que tais recursos não estavam ao alcance dos povos, mesmo das nações mais desenvolvidas, há alguns séculos. Por outro lado, muitas destas povos criaram necessidades e atitudes egoístas que prejudicaram o seu progresso.

Um dos aspectos mais alientes da vida portuguesa de hoje, (observada no todo e imparcialmente) de um ponto de vista racional e filosófico, é o de ver como são capazes de se entender e serem entendidos os homens do Governo Provatório e das Forças Armadas e também os seus correligionários e seguidores de mais diversos matizes políticos, das mais opostas origens sociais e que, há alguns anos, tinham os mais desencontrados interesses económicos. Isto é uma lição para o mundo e o vizir de uma página da História. Estes homens devem entender-se, seguirão entendendo-se porque não têm outra opção. Há em tudo isto uma indiscutível mutação na Sociologia e na Política. Não restam dúvidas: as Filosofias de base dos conceitos políticos, sociais e económicos estão sofrendo uma mudança em Portugal. A própria filosofia mudou muito e esta mudança é bem conhecida ou é "sentida" por muitos portugueses. Uma aurota política dependente da libertação dos portugueses, da unidade dos partidos e das opções comuns. Podemos aproveitá-la! Para isso é necessário manter bem acesa a chama da Revolução da Esperança, manter sempre viva a oposição ao passado fascista e às suas estruturas ainda existentes. Não ter ilusões, não superar nem negativismos, nem alienação, nem indolências, nem soma, não partilhar nem do "status quo" nem do passado recente.

Não esquecermos que as necessidades humanas têm também um carácter histórico e convencional. Cada sociedade, cada modo de viver desenvolve as suas necessidades. Dos maiores erros dos colonizadores portugueses, em especial em África, foi não considerar as efetivas necessidades das sociedades tribais desse continente como outros não consideraram no nosso continente, não julgar o grau de desenvolvimento de cada sociedade e economia ao fazer caso das diversas etnias, não avaliar a sua cultura e não apreciar a sua arte. Os negros de N'Gola já tocavam árias musicais em marimbos, já produziam e forjavam ferro, já estavam desenvolvendo técnicas de agricultura. Não falar caso das diversas etnias, não avaliar a sua cultura e não apreciar a sua arte. Os negros de N'Gola já tocavam árias musicais em marimbos, já produziam e forjavam ferro, já estavam desenvolvendo técnicas de agricultura.

Não esquecermos o material da sua língua quando os portugueses já chegaram (terros também de assinalar relativamente aos Incas, aos Maias ou aos Teotihuacanos, nas Américas, ou a outras civilizações de outros continentes).

Se não nos tivessem intervido totalmente no reino do Matanzico esta civilização teria provavelmente seguido o seu rumo, como todas as demais. Se não ti-

vessem cometido, nos séculos passados e não presente, as brutais desumanidades que cometemos contra estas povos, seria bem mais fácil fazer hoje a paz em África. Não tinhamos dúvidas: durante estes séculos foram muitos os enganados sobre o significado e as consequências da descoberta, do comércio, da colonização, da presença de Portugal em África. Não nos disseram que destruimos culturas, que escravizámos povos, que vendemos e matámos gente, que delapidámos muitos bens, propriedades e recursos, a favor de uma "meia dúzia" de exploradores. São os mesmos que agora "exploram" os "consumidores" e que preparam as dificuldades, para dar passo à contra-revolução.

Os campos de concentração de Auschwitz, de Buchenwald, do Terrafal e outros, correspondem a estereótipos de regimes que não tinham credo nem filosofia, que não amaram a vida mas a morte. A nossa Revolução, e através dela, actua ainda não concretizada, amam sobretudo a vida. Desprezam as mortes e as guerras. Amam as raças e os povos: portugueses, brancos, russos, chineses, árabes ou alemães. Amam todo o mundo e querem governos dignos para todos — sem excepção.

As novas formas de viver e as novas formas de pensar, que já se estão a desenvolver para a "volta do Século", não podem deixar de diferir e até de contrariar as anteriores, as da outra "volta do Século". Claro que também não podem esquecer o pensamento do passado. Ele foi uma conquista!

Agora, em Portugal, temos esperança de que estamos abriendo o caminho para novas opiniões políticas informadas pela filosofia, a moral, o sentido de justiça social e os propósitos e programas, não de um só, mas de muitos partidos políticos.

No novo século, só são muitos as circunstâncias em que a luta pela libertação do homem e da sociedade se processou sem êxito, mas a marcha para esse fim, há que reconhecê-lo, é cada vez mais forte!

Em Portugal, no momento, há que fazer todos os esforços para evitar o caos. Produzir e cumprir cabalmente as promessas a si atribuídas, manter a vigilância e respeitar os direitos dos outros são as mais fortes obrigações de cada um. Estudar os problemas actuais, usando a inteligência antes de resolver, evitar servilmente analisando o que está feito, antes de tentar avançar, investigar sobre o futuro que mais contém, são o propósitos fecundos e necessários à hora que vivemos. Assim: devemos construir uma sociedade que venhamos, de facto, a sentir-nos mais felizes.

Continuar a revolução da esperança

É não esquecermos que amar, criar-e-viver-livres são motivos necessários de felicidade, mas saber-e-fazer-algo socialmente necessário também o é. A investigação nas tecnologias úteis ao homem, nas ciências puras, nas humanidades e nas artes, com base no tratamento científico e nos métodos de ciência, e com objecto de resolver os problemas e as interrogações do homem são desideratos que todos devem alcançar. A atitude científica, como forma pragmática do pensamento humano, é absolutamente necessária. Claro que já não escolhemos a inspiração nem a criação subjectiva, e não é contrária nem à arte nem à ciência. Sabedoria de viver e viver pela razão são também, como o poderia dizer qualquer poeta, qualquer filósofo e qualquer político válido, imperativos de qualquer sociedade que deseje ser progressiva, culta e civilizada.

Não têm sido poucos, nos últimos tempos, nem os livros expectacionistas de homens de eleição ou de organizações de indiscutível mérito que têm desatado a todos muito preocupados sobre o futuro imediato da humanidade. São os problemas dos excessos demográficos, da depleção dos recursos naturais, da poluição, etc. São os problemas dos conflitos ideológicos mesmo entre os grupos mais progressivos, e mais generosos, são as listas sociais de minorias esprelhadas e o alastrar de terríveis e com razões válidas, são, enfim, por todo o lado, os problemas que trazem insegurança, angústia e preocupações sobre o futuro imediato da humanidade — quer às fracções mais desfavorecidas e atrasadas, quer às porções mais cultas e mais civilizadas. E parece, muitas vezes, que todo o mundo caminha a passos largos para a anarquia e o apocalipse. Mas não é assim — até porque não pode ser assim. A mensagem está aí: a paz, a unidade, a democracia, a cultura, o socialismo são ingredientes bastantes para uma filosofia política válida.

O conceito tão freudo de Maas das "mais-valias" do trabalho

humano ide que os capitalistas se apropriam, em geral do trabalho alienado, perde sentido para o trabalho artístico e intelectual e também para o trabalho científico não forçado nem dirigido (isto alienado portanto). O valor deste último tipo de trabalho que importa generalizar nas sociedades do futuro não é mensurável, mas, indubitavelmente, também está sujeito a especulações (quantas vezes altissimamente rendosas) dos detentores do poder económico e do poder político. Estar a disposição legítima desses valores por alguns apenas, é um objectivo político tão importante como o de evitar a apropriação imoral das "mais-valias". Lutar contra o trabalho alienado (e o trabalho escravo evidentemente) é um propósito político colectivo tão sublime e tão necessário como atingir, individualmente, a alegria espontânea e a beleza de viver.

Os portugueses podem, se quiserem, demonstrar a viabilidade da filosofia simples do "regresso à natureza". Esta filosofia pode ser, sem dúvida, a base de uma sociedade planeada; do pão comum; do trabalho útil; das actividades cívicas generalizadas a todos; do ensino livre e grátis; dos transportes colectivos comuns; da racionalização da habitação e do urbanismo (integrados nas características climáticas e nos recursos naturais); da exploração racional das vastas e transmissíveis fontes de energia (o uso da energia inominada foi o maior factor de libertação da escravatura); da utilização de novos e mais nobres materiais que o poder inventivo do homem vai criando; de tantas outras coisas úteis e agradáveis que a humanidade na sua marcha ascensional tem posto à disposição de todos os povos, para uma futura vida individual mais feliz e de maior qualidade. E todos nós, por suposto, a saberemos viver!

Ter ideias a realizar

Não é difícil ter ideias que sirvam para construir a nossa sociedade nova, mas já é um pouco mais difícil lançar iniciativas e "construir as obras necessárias". Mesmo com o perigo de dizer coisas incompletas não nos absteremos, desde já, de enunciar alguns objectivos que, os Governos de Portugal, desde 25 de Abril, seguramente perseguirão: a reforma agrária, condicionada às obras comensuradas do vale lúbrico, tão característico, e à florestação dos montes; a regresso do fêtil e único quadrilátero Lisboa-Setúbal-Coruche-Abrantes e da faixa Aveiro-Leiria, onde se localiza a nossa maior riqueza agrícola; as transferências das águas para o Sul desde o Douro, em Crestuma, pelo Verra, ou pelo Coa, até à Cova da Beira, ou Tejo até ao Algarve quick; a utilização em grande escala da energia solar e até da energia geométrica e, quem sabe?, dos nossos petróleos ou do nosso gás natural; a siderurgia de aços de alta qualidade na foz do Douro; a indústria química inorgânica no Algarve com base na riqueza salina; os transportes públicos comuns urbanos e interurbanos; a racionalização e programação da construção em zonas rurais na base dum planeada utilização dos espaços para a agricultura e a habitação; o valorização do nosso vinho, da nossa pesca, dos nossos frutos, etc. etc.

As filosofias de base estão mudando em Portugal e nas suas colónias — já atrás o dissemos — para glória do nosso Soldado do Fovo com cravo vermelho no cado da espingarda! E agora que já se iniciou a Revolução da Esperança, que podemos pedir? Que todos, mesmos aqueles que sendo inteligentes e de mente clara sempre sentiram intranquilidade, insegurança ou revolta quando colaboraram ou tiveram de servir o Salazarismo e até a arbitrariedade, alinhem agora com a juventude, com o amor e com a Glória da Revolução da Esperança! Os outros, deixemo-los viver, não os tratemos como nos trataram... Viva Portugal!

Silva Helena Vaz

Algumas perguntas ao General Galvão de Melo

Helena Vaz da Silva

O GENERAL Galvão de Melo foi "embaixada" ao Brasil e do Brasil regressou, em embaixada também. Foi lá esclarecer "brasileiros e portugueses do Brasil" acerca do "pensamento actual dos responsáveis pelo destino da Nação Portuguesa". Veio agora esclarecer "as gentes boas desta boa terra" acerca da sua actuação de embaixador logo em terras de Santa Cruz. A esta, a imprensa de cá, embora cheia das qualidades de honestidade e de estilo que o General insiste em atribuir-lhe, não deu a cobertura esperada. A todos os portugueses ele pede que "acordem" para "o povo, nosso irmão", para o Brasil onde se sentiu "como em casa própria", o Brasil, nosso aliado e nosso modelo, com o qual construímos "um futuro melhor para os nossos povos e, porque não osstar dizer, para o mundo"; o Brasil, país "progressivo", onde o "produto nacional bruto cresce...", os arranha-céus se podem comparar aos das "mais opulentas cidades norte-americanas", onde a política social está na boa via.

É termino o General com a sua intervenção televisiva com uma referência à ampliação da "Pátria Portuguesa", dentro do conceito de "Comunidade Lusitana" em que a África e o Brasil teriam inevitavelmente o seu lugar.

Acabado o "intermezzo" ocorreram-nos uma série de perguntas que apenas hesitámos em pôr por escrito para não criar o precedente de ser de saltar de rama em rama sobre cada aparição do General Galvão de Melo no pequeno écran. O que até poderia ser interpretado como uma vontade pessoal de ataque pessoal. Que não é. A apoiar o que dizemos, resta-nos desejar que esperas já não esperamos) que o senhor General diga coisas que possamos não atacar.

E agora as tais perguntas:

1. Em que se baseia o General Galvão de Melo para se apresentar como "embaixador" do povo português. Que parte deste povo o mandatos, o elegto? Ou foi apenas o seu "presentimento" que o enviou?

2. Serão "pensamento actual dos responsáveis pelo destino da Nação Portuguesa" (ou seja, do Presidente da República, do M. F. A., dos membros da Junta, do Governo Provisório, do Conselho de Estado) as seguintes afirmações:

— "Os grupos que a si próprios se apellidam de partidos fazem-no por conta própria".

— "Há identidade entre as revoluções portuguesa e brasileira de 64, embora ambas pareçam diferentes".

— "Não é verdade que existam infiltrações marxistas no Governo Provisório".

— "Está definida a estrada democrática em Portugal. Os que saltarem para as margens direita ou esquerda poderão ser benéficos momentaneamente ou perigosos".

Sabiam os secretários gerais dos partidos que secretariam grupos fantasmagóricos? Sabiam os capazes que fiteram uma revolução igualzinha à de Costa e Silva? Sabia o P. C. P. que, ou não é marxista, ou não se "infiltra" no Governo? Sabiam os que não abraçaram o Movimento Democrático que só cá estão ainda líria por engano?

3. Porque esquece o General as favelas ao referir os arranha-céus? Porque esquece o General a reparação de rendimentos ao referir a melhoria da balança comercial?

4. Porquê privilegiar o Produto Nacional Bruto, esquecendo o Produto Nacional de Brutalidade (apanágio, como se sabe, da política política brasileira, a mais feroz do mundo civilizado)?

5. Coadunar-se-á com a estranha vontade expressa recentemente pelo General Spínola de se ater à "autodeterminação" das populações das colónias quando ao seu futuro, uma propaganda inflamada feita, em nome do Governo Português, a favor da grande Comunidade Lusitana tri-continental, a respeito da qual o menos que se pode dizer é que é uma hipótese pouco partilhada pelas populações autônticas?

Um pouco mais de fogo e não sei que terá de si e de nós, senhor General...

Ah!, se ao menos pudessem ficar quietos...

A Frente Independente Alentejana tenta obstar a consolidação dos partidos políticos

A REVOLUÇÃO do Cravo desenvolve-se a passo de lesma pelo Alentejo. Terra grande, crivada de feudos, monopolizada pelo alto capital, repleta de ancestralismos que deixaram nela marcas de um passado que ainda é presente, o Alentejo tarda em ver, de 25 de Abril para cá, as modificações urgentes das suas condições de vida política, económica e social. Dir-se-ia que o movimento que expurgou o fascismo da Sociedade portuguesa rola em direcção ao Alentejo com passo cansado. Direi que o movimento em si, de tão prudente, se arrisca a ver o fascismo infiltrar-se de novo naquele que se pretende seja um novo país e que, por isso mesmo, mais não será do que um país velho com outro (novo) rosto.

Os avós têm-nos chegado de muitas bandas da provincia. Desde Trás-os-Montes ao Alentejo. Mais ou menos mascaradamente os sicários do velho estado novo tentam legitimamente conquistar os recém-nascidas posições. Para conseguirem os seus objectivos usam traques e sofismas. Como se verá.

Andei pelos Alentejos. Falando com vários. De todos os matizes políticos, digam-se. Observando panoramas. É, necessariamente, recolhendo subsídios para um clarificar de posições que se afirmam, neste momento, extremamente confusas.

Forças políticas mais representativas

Filipe Benjamin dos Santos é uma figura grã, em Évora e no Alentejo, do Partido Socialista português. Político anti-regime Salazar-Marcelista ao tempo em que isso era difícil. Filipe Benjamin foi membro da extinta Acção Democrata Social e marconiano, venceu sempre a sua posição política de maneira incontestável.

Para além disso faz parte, desde 1964, do Movimento Democrático de Évora.

A palavra para o entrevistado: — Importa neste momento fazer

uma breve retrospectiva do que foi a luta democrática no Alentejo antes da eclosão vitriosa do Movimento das Forças Armadas.

É acrescenta: — Quando, nas eleições para Assembleia Nacional, em 1969, foi criada pelo país a CDE, deu-se um importante passo em frente no sentido de desmistificar o regime fascista. A luta então iniciada mais as clareas, provocações, e indagações, mudou na estrutura do Estado totalitário. Essa luta agudizou-se em 1973, ano em que, por mais de uma vez, assisti a encontros clandestinos desse movimento democrático, em representação de Évora.

— Creio que o CDE contribuiu para o consciencialização política de uma parte da população portuguesa?

— Sem dúvida. Digo mais: os movimentos democráticos, com todas as suas defleitas, que os tiveram, constituiram, a face do país, um sinal de alarme, uma luz vermelha que se atendeu a alertar os portugueses dos tremendos dilemas da política marcelista. Nesta altura o Movimento Democrático de Évora é dominado, fundamentalmente, por uma maioria de filiados os simpatizantes do PCP.

Filipe Benjamin esclarece: — Como um dos primeiros

passos possíveis de atirar a posição política do distrito deve desde já afirmar que o MDE não é, ao contrário do que aliterou, uma primeira sucursal do PCP. Pois é evidente que o MD, que vem de uma longa luta sem descontinuidade desde há quatro anos a esta parte, é integrado pela maioria dos oposicionistas democratas activos do tempo perigoso de ser-se oposicionistas. O PCP existe há muito. Tem os seus núcleos formados. É, como é perfeitamente natural, hefforosa no MD português os seus membros. Estes não aparecem, estão como comunistas, mas como democratas sem filiação partidária. Isto equivale por afirmar que desde sempre o MDE contou nas suas fileiras com activistas do PC, que são, aliás, bastante válidos. Mas o MDE também conta com socialistas. Como eu e não só. Quando aqui fize a responsabilidade que, algumas vezes, o MD cometeu a um socialista de ir a um encontro nacional era numa circunstância devidamente reconhecida, como conhecida era a circunstância de eu, socialista, outorgar a um comunista a responsabilidade de representar, no MD o distrito de Évora.

— E este é o primeiro esclarecimento a fazer, que é o entendimento tácito existente entre socialistas e comunistas que integram o movimento não como facção partidária mas apenas como democratas. E esta posição assumida decorreu até ao 25 de Abril. No pós-revolução, porém, constatou-se uma certa lentidão para determinado grupo — exactamente o comunista — tentar afirmar-se como maioritário em relação a outro grupo — claro que o socialista.

O direito das minorias

Falando-se a aceitar, embora, que o MD de Évora, represente uma segunda força, na mesma cidade, do PC, Filipe Benjamin dos Santos advoga o direito das minorias partidárias.

— No MDE passou-se o seguinte: os activistas — prosseguir — no

tempo de Marcello Caetano eram em número diminuído. Depois da repressão ser eliminada estes activistas multiplicaram-se por centenas. E, então, começaram a aparecer pessoas despolitizadas que facilmente se deixaram manejar por grupos mais conscientes e partidários. Aprovebendo-se desse maneio, o Partido Socialista foi a pouco e pouco abandonando o MD numa trinda atitude de repúdio por tais manobras.

O PS verifica desgostoso que o MD deixou de ser partidário para ser monopolizado pela luta partidária do PC. Em vista disso os socialistas afastaram-se, reservando-se apenas o direito de participar em actos partidários que possam ainda decorer no MDE.

Dando um exemplo: "Recentemente reunimos-nos no MDE em consequência de um trabalho que desejamos seja executado apartidariamente, o qual consistia de uma prospeccão o mais exacta possível das potencialidades alentejanas, incluindo a sua ruralidade, agricultura, etc. englobando os três distritos do Alentejo, ou seja, Évora, Beja e Portalegre. A essa reunião compareceram alguns dos técnicos mais responsáveis e capacitados que se comprometeram a apresentar brevemente as suas visões da problemática transgana.

Abstenção dos socialistas na corrida aos lugares públicos

Desenha-se na capital alentejana com uma nitidez ineludível a luta pública na corrida aos lugares de relevo na vida política local e distrital.

É a posição dos socialistas: "Quando se trata de incutir presidentes de Câmaras, de Juntas de Freguesia ou doutros lugares públicos, nomeadamente para o Governo Civil, o Partido Socialista e os seus representantes absterem-se de participar nestes

actos porque os considera feridos de utilidade, na medida em que o Movimento Democrático, a nível de capo do PC, toma atitudes perfeitamente partidárias através dos acionistas comunistas que o examinam.

Debruçando-se depois sobre outros partidos já instalados em Évora, Filipe Benjamin afirma:

"Existem já outras correntes políticas organizadas ou em vias de organização, como o Partido Popular Democrático, por exemplo, tendo alguns dos seus actuais componentes participado no Movimento Democrático. Pois também eles assumiram, nesta conjuntura, uma posição paralela à dos socialistas."

Porque nos falava de correntes políticas instaladas no Alentejo referimos ao representante do PS que nos deu a sua opinião sobre a suscitada Frente Independente Alentejana, de raízes marcadamente reacçãoárias, composta por uma elite da pequena, média e alta burguesia de Évora e doutros lugares do Alentejo.

Centro-Direita no Alentejo

A palavra pertence a Filipe Benjamin:

"A FIA (Frente Independente Alentejana) aparece, quanto a mim, logo com um erro à nascença, o qual é o de tentar evitar a estranheza dos partidos no Alentejo. Se mais não tivesse, esse erro há-lo era suficiente para eu repudiar vivamente a FIA. Mas convém-lhe a promotores saber o que é, na realidade, esta organização, quem a representa e com que objectivos."

A história: "A FIA nasceu para a luz do dia no passado dia 12 do mês em curso, culminando uma movimentação de pessoas ditas políticas na anterior situação, mas todas elas de raiz afirmada democrática. Dizem os seus responsáveis, em conjunto directo corrego, que representam uma opinião já premeditada e clarificada de cerca de trezentas pessoas anónimas em

concordar que nenhum dos partidos políticos em sede em Évora tem o MD livre das condições de trabalho para eles se integrem. E, como tal, reservaram o seu próprio agrupamento."

Director de jornal lidera a Frente Independente Alentejana

Quem aparentemente su na realidade lidera a FIA? Filipe Benjamin responde à interrogação.

"O 'leader' desse agrupamento é o meu amigo pessoal Manuel Madeira Pizarra, director do jornal local "Diário do Sul", que me parece se prepara para defender a sua posição e de um grupo de amigos que vão por ele e cuja tendência democrática seria sempre um ponto a aclarar de tão nebuloso ele se afigura."

A seguir:

"Nunca vi em M. Madeira Pizarra, jornalista há muitos anos, responsável por um jornal, aquilo a que se chama pendor democrático. Se assim não fosse, um jornal que se publicou durante o fascismo teria assumido uma posição democrática se, efectivamente, o seu editor, director e proprietário algum dia a quisesse defender."

— Pode falar deste jornal?

"Claro que sim. Quem ler uma colecção de números do "Diário do Sul" ou dos seus antecessores "Jornal de Évora" e "Dem Quixote" — e eu conheci-os a todos e ao jornalista M. Pizarra desde antes dessas datas, — facilmente se apercebe da feição do seu director. Daí para cá terá evoluído a "democracia" de Madeira Pizarra? Se assim fosse, pois teria de sugar as felicidades para esta Frente Alentejana."

Indo mais ao fundo da Frente: "Mas se entre essas pessoas honestas que subscreveram o documento político da FIA, entre as quais cito o dr. João Pimenta, Francisco Veiga, Pinheiro Alves, etc. le quando diga honestidade é isto somente política pois outra não posso eu dividir, as quais teriam

sempre hostis ao regime antigo eu posso dar aval de confiança, já noutras, dessas trezentas que compõem a FIA não sei como vou dar um decidido oportunismo político. Outro que não diz nada e parece que nos últimos anos nunca penderam a oportunidade de aparecer em cerimônias públicas do Instituto ou de exteriorizar, através do jornal de São Paulo, a sua total concordância com actos que nós, oposicionistas clássicos, ficávamos de permissão ao povo português, designadamente o incenso a consagração da organização corporativa — e isso quanto a mim é fundamental —, o apoio à guerra colonial — e isso para mim é básico — e ainda o calar — já não digo outra coisa que seja o incitar — perante os crimes políticos e não só das gdes e quejas das organizações reconhecidas teóricas.”

↳ **Vacando com ardor:**

“Pois estas pessoas que nunca tiveram uma palavra de reprimenda perante os métodos fascistas, aparecem agora, numa atitude de flagrante oportunismo, a subverterem um texto que diz, logo nas suas primeiras linhas, apoiar o Movimento das Forças Armadas e o Governo Provisório. Se a coisa não fosse seria até fama vontade de ri. Ora eu considero que esta mudança de opinião do indivíduo que até aqui basta patimar ao corporativismo ou calava os métodos repressivos do fascismo, ao pretender entrar na lica para destruição desse mesmo corporativismo tem, por certo, ideias sagradas. A sua solidariedade ao Movimento das Forças Armadas, para além de muito discutível é altamente suspeita.”

A FIA quer evitar a politização do ALENTEJO

A Frente 1. Alentejana continua a ser alvo da crítica de Benjamin dos Santos:

“Nem momento em que os partidos políticos — e voltamos outra vez ao PS e ao PC — iriam começar a clarificar e definir posições no Alentejo — o PC continuando a servir-se do não do MDE, o PS começando a estar actuado e a PPD, que já tem sede em Évora, a agir dentro da sua linha próxima ao momento parece propício ao recrutamento de cidadãos despolitizados ou apolíticos, eis que surge aqui mais um agrupamento, nascido não se sabe como, pois embora saibamos quem o conduz não sabemos ainda da sua génese, a tentar obter o recrutamento partidário do novo alentejano, lançando nele a confusão e a dúvida.”

↳ **Lenço o programa da FIA** nota-se o erro básico dele não ser claro quando se afirma apoiando no próprio texto e é compreensível, mesmo acerca da finalidade da sua função. Frontalmente a minha opinião, respondendo a uma pergunta sua, é esta: fortemente contestada a posição partidária e isso só é possível se desaparecerem da cena política dois obstáculos — um o Movimento Democrático e o outro a Frente Independente Alentejana, aquele por funcionar nos moldes já enunciados, e esta por funcionar numa clara manifestação anti-partido.”

Alentejo “sui generis” e “apatia” dos socialistas

O Alentejo tem os seus monstros de problemas de índole social cresceram de Filipe Benjamin, o seguinte comentário:

“É urgente saber se o país deve ser entendido de Norte a Sul ou se o Alentejo é um país dentro do outro. A situação do agr. tem de definir-se. O desenvolvimento industrial tem de estudar-se. Há opções a tomar. E é com esse objectivo que eu e o outro membro do PS lo lavador Joaquim Inácio Cabral seremos recebidos pelo secretário de Estado do Agricultura. Dessa entrevista resultará, com certeza, o saberemos se o Alentejo constituirá, ao óptica do Governo Provisório, uma provincia a integrar no contexto nacional comum, e não como pretendem os fascistas, um território ao margem do resto de Portugal.”

“Quanto a mim o distrito de Évora não é um distrito “sui generis”. Ele tem, exactamente, os mesmos problemas básicos de despolitização inerente a qualquer outro distrito. E aqui haveremos de corrigir já a sua afirmação de que o Partido Socialista está, no Alentejo, a mover-se com apatia. O que acontece é o PS ter tomado uma atitude deliberada, em um núcleo de Évora, a fim de não fomentar aquilo que considera um empecilho ao falso socialista a sua filiação no PS.”

A este respeito o entrevistado conta-me um episódio que se resume nisto: determinada personagem dum aldeia alentejana, encontra um elemento do PS. Dando-lhe os seus melhores impressões em filiar-se. Promete passar pela sede a fim de preencher o boletim de inscrição. Mas como a sede se encontrasse fechada no dia em que tal personagem lhe lá passou, ela não teve problemas, andou uns metros mais, viu aberta a sede do PC, entrou e filiou-se...

“O PS — garante Filipe Santos — não está disposto a passar aquilo a que se chama em linguagem plebêmica “chapato de chivo”, por muito jeito que eles fossem as certas pessoas.”

“Tanto o PS como o PPD recusaram-se a aceitar pessoas no MD. Não estavam interessados em cacar borboletas com lanternas de azeite. Preferiam que elas venssem até nós por si mesmas... já temos, não obstante essa atitude de prudência, cerca de 250 fichas preenchidas por pessoas que não dão a garantia de professarem ideias socialistas, pois nada seria mais desagradável para mim do que verificar que pessoas inscritas no PS poderiam, mais tarde, no acto eleitoral, votar por outro partido.”

“O feudalismo permanece intacto tanto no Nordeste Transmontano como no Alentejo. Mas esta estrutura feudal poderá vir a ser mais beneficiada de uma de duas maneiras: 1) Ou porque novas condições económicas tornarem impraticável a exploração desses feudos, e essa, no meu entender, é toda uma política que haverá de existir — porque terá de ser dissuasora fiscalmente a política do Governo Provisório — a fim de evitar a sobrevivência desse modo de campos alentejanos constituídos pelos aramados, 2) ou outra maneira

que me parece aconselhável ao desmantelamento do feudalismo prende-se com a passagem para as mãos de pessoas capacitadas de toda a estrutura administrativa do Alentejo, de modo a tornar possível a consumação de um que eu chamo a “revolução pacífica” susceptível de extrair da terra alentejana tudo o que as suas potencialidades humanas arrochavam e permitem.”

Câmaras ainda na mesma

Mais do que e mais se passou desde o dia 25 de Abril, a propósito do que ocorre nos Municípios pronunciou-se assim o membro do PS:

“Chegou-se ao momento da decisão. As Câmaras precisam de ser nomeadas as comissões administrativas. E que aconteça em Évora e no Alentejo? Esta coisa trágica nos municípios portugueses não tem a posse de elementos extremamente poucos que não desarmam as suas intenções enquanto as pessoas indignadas pela via oficial ou pelo MD não tomam posse dos lugares, criando instabilidades e aqui, por parte dos movimentos de descrença quanto à efectiva capacidade do GP para resolver situações elementares. E, como se sabe, as Câmaras que não são nomeadas, não têm a possibilidade de funcionamento completo até ao dia 15 de ag. foram ocupadas na presidência pelo vereador mais velho, continuando a restante vercação a actuar como se nada tivesse acontecido. Entretanto, porquanto apenas verçãos foram destituídos os presidentes e vice-presidentes...”

Lamentando que não tivesse sido possível atingir o dia 15 com as Câmaras verdadeiramente representativas das populações, Filipe Benjamin pronunciou-se também sobre a política de solos.

“Quanto ao nosso grupo de trabalho penso esclarecer que ele pretende, o mais rápida e lucidamente possível, seja possível, empreender amplas sondagens entre as pessoas que considera mais afeccionadas para o efeito a fim das mesmas poderem iniciar o desmantelamento do estrutura feudal, através dum análise correcta da politica de solos a nível de Câmaras, e saber que está na origem da sobrevivência do feudalismo no Alentejo. Ora, o PS precisa de ser imprescindível criar as condições capazes de permitir, em termos técnicos, a exploração desses solos tornando-os assim de utilidade social manuseada e marçante.”

Outros assuntos foram abordados na entrevista com Filipe Benjamin. Nomeadamente a pedido de Salgueiro Sanchez, que questionou, dada a forma como foi encobrida, “um acto político”, o resultado sancionatório por parte do MDE por parte do Governo Civil de Évora, pronunciando o afastamento do cargo do dr. Santos LUPATTA, um homem que ao longo de anos de sua carreira fora de 1200 geral de governadores civis sempre sempre vincar a sua posição de anti-fascista, sendo a excepção que confirma a regra” e ainda a criação de limites de energia eléctrica — porquanto terá de ser atribuído das forças democráticas (isto é perguno que se corre se o poder económico continuar a ser por parte dos fascistas).

INACIO TEIGAO

Silves Inácio

Frente Independente Alentejana

— o que é e (a quem) serve?

PARA encontrar uma explicação plausível que justifique o aparecimento no Alentejo da Frente Independente Alentejana, episódio político surgido em Évora há uma dúzia de dias, sorção é lembrar o domínio feudalista que a maior posição portuguesa vem sofrendo ao longo de séculos.

Esse domínio, absolutamente senhorial, totalitário, esmagador, que pôde dispor da mão-de-obra rural a seu belo talante através dum exploração que ultrapassou tudo quanto era humano, ficou gravemente ameaçado com os acontecimentos do 25 de Abril.

Os latifundiários do Alentejo (alguns deles moradores nos melhores palacetes de Lisboa), foram colhidos de surpresa. Eles viram, num ápice, esvanecer a possibilidade de continuidade à lavoura do Alentejo uma terra de prazeiros: os casamentos arranjados que uniu irmão e sogra; Lei da Caggy assinada por João Maria Bravo, em 1907, foi desenhada: dando um carácter "legal" aos "campos de concentração" propícios à chacinha das espécies cinegéticas; o manejo sistemático dos salários rurais; a impropriedade do sistema corporativo altamente representado através de servidores do velho estado novo inculcados, extrinsecamente em casas ditas do povo e em juntas de freguesia; a monopólio das juntas distritais, governos civis e câmaras municipais, todo isso e lançando a ajuda a sustentar voracientemente. A sombra de tudo isso e lançando engodos. Mas, como diz o povo, "não há bem que sempre dure nem mal que não arabe".

A "primavera de Abril", mesmo com todo o seu surto de insubordinação, foi, no entanto, bastante para medrontar, primeiro, as camadas mais reaccionárias do Alentejo, e para as obrigar, depois, a reagruparem-se numa tentativa desesperada de

reconquistar (ou de não perderem) as posições de privilégio a que se tinham habituado.

Em porque é minha convicção, consultando os dados até aqui chegados, que o aparecimento da FIA é uma manobra pensada e preparada de elementos da reacção, profundamente alarmados com o espontâneo do comunismo e do socialismo. A possibilidade de uma reforma agrária no Alentejo, reconhecendo todo o arcaico, obscurto e incipiente sistema de cultivo, aparece os gestos do poder económico.

E, assim, tenta-se sustar o dique caudaloso da politização do agrário, do trabalhador e do operário, com os meios que um movimento como o de 25 de Abril parece disposto a aceitar e a consentir.

Surge a FIA. Que, ao tempo em que serve certo tipo de manobras bem concebidas, permite o rápido e já esperado infiltramento no seu seio de alguns das mais conhecidas figuras do alto capital alentejano, toda ela, como é evidente, ligada por laços mais ou menos estreitos ao corporativismo, seja a nível de participação ou de defesa intrínseca.

Porém, só cerca de duas dúzias de nomes submeterem o programa político da FIA, que se afirma, para já, representar a opção partidária de aproximadamente três centos de personagens do Alentejo, escar de acordo e dar o seu apoio ao programa do Movimento das Forças Armadas (já viram algum partido que o não tivessem feito?) e ser constituída, na sua base, por elementos que não viam possibilidades de integração nos outros partidos insatisfeitos no Alentejo (convencionalmente o PCP, PS e PPD).

Será de justiça salientar que, não obstante o carácter eminentemente reaccionário e conservador da FIA dar à presunção que os seus simpatizantes e aderentes são todos unidos de um extracto social burguês-

lucrativa, não parece não se condizer integralmente, pois alguns nomes que assinam o manifesto da organização deverão considerarem-se, sim, como democratas reconhecíveis que foram a modos que atraídos a uma visão persuadida por não e mesmo hábil e engenhosa que, vindo de ultrapassada pelos acontecimentos de Abril, não apoia financeiramente os períodos que servem a situação, conseguem arranjar a si pessoas a quem o levantamento militar que atraiu de paradas com o latro-corporativismo provocou inevitáveis saguões económicos, sociais e políticos.

Primeiro, nesta sequência de ideias, sobre a FIA, a encabeçar uma ampla frente de luta e interfundição que tentado dificultar ao máximo o desenvolvimento dos métodos servindo-se, para o efeito, das lutas e técnicas que muito cedo se nos ficaram manifestar. Reto só que, todavia, se a manobra poderá ser levada a cabo com a eficácia que os mentes da FIA desejam. E que as ocorrências políticas no Atentado corrigiram a aquiescência demasiado e cunha a cruz que empíricas reacções têm passado, ainda, sobretudo por um espalhando pela precipitância e confusão e ajudando a assinalar os erros que o antigo regime quis ler a moeda dos olhos de vários componentes da FIA. A) por li deixava como herança amarga.

Antes de se definir com o mesmo nome mais duas palavras de desta natureza ao perguntar que organizações dentro FIA podem provocar, se o exemplo pagar e der sua polifonia por esse país fora. Pois já basta de laicismo, sem esquecer eu com ela. Portugal terá de ser — é já — um país diferente do que foi em 45 anos de ditadura. Resta é torná-lo melhor. Tarefa que se desenvolverá tanto mais quanto maior for o sector de

INACIO TEIGÃO